

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – março de 2014



DE ABRIL

A CRISE NA RUA

Nesta edição:

- Milhares de Municípios aguardam decisão do STF sobre royalties
- CNM mostra no Senado absurdo de proposta do IBGE para o FPM
- Mobilização mostra o nível de agravamento da crise nos Municípios

Viva o seu Município

Paralisação nas capitais: dia 11 de abril marcará a história do movimento

O dia 11 de abril deste ano terá grande importância para o movimento municipalista. Nesta data, está marcada a Paralisação nas capitais, que faz parte da campanha nacional “Viva o seu Município”. Outras ações, como a *Mobilização e a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, também fazem parte da campanha. Mas o ato de paralisar as prefeituras e ir até a capital de cada Estado alertar para a falência do Ente municipal será inédito.

A paralisação foi idealizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em parceria com as entidades estaduais, durante reunião em Maceió (AL), logo no início de 2014. No encontro, os líderes municipalistas queriam buscar uma solução para os atuais problemas e apontaram como caminho a conquista e o apoio da sociedade.

É o morador de cada cidade o público-alvo desta campanha. “Na hora em que o cidadão tiver a informação, e participar – e isso é a questão que eu chamo de municipalização –, e tiver conhecimento de tudo, vai passar a ser um aliado não só da prefeitura, mas cobrar de quem tem de cobrar. Porque, do contrário, a culpa vai ser sempre do prefeito. Este é um chamamento para que todos entrem nesta luta, não adianta só reclamar, cada um tem de fazer a sua parte”, explica o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

PREFEITURAS FECHADAS – Para os dirigentes, com o apoio dos municípios, fica mais fácil chamar a atenção dos parlamentares estaduais e fe-

derais e, posteriormente, do Executivo federal. Para isso, a CNM recomenda o fechamento das prefeituras, dentro do que permite a legislação, e que servidores, vereadores, prefeitos e até mesmo moradores possam ir até a capital se reunir com deputados e senadores para expor os motivos da crise e a possível solução para melhorar a situação dos governos locais.

“Estamos propondo não é que ela [a prefeitura] feche suas portas, mas que ela paralise algumas atividades e que durante aquele período seja um dia mais cívico de cidadania, o despertar da cidadania, levando informações: como funciona a Educação, como funciona a Saúde, a Segurança”, esclarece o presidente da CNM.

O protesto deve ser pacífico, com a utilização de materiais gráficos produzidos e colocados à disposição pela Confederação. Informações e demais instruções devem ser obtidas em cada uma das entidades estaduais, responsáveis pelo comando em cada Estado. “O movimento deve ser unificado”, destaca Ziulkoski.

A Confederação Nacional de Municípios explica que não adianta se mobilizar se não houver conteúdo a ser passado à sociedade local. Sem que a gravidade da crise seja exposta. Os números que comprovam as dificuldades podem ser solicitados à CNM, e os dados gerais estão no hot site da campanha: www.mobilizacao.cnm.org.br. Acesse e faça parte da história do municipalismo brasileiro.



Viva o seu Município

Prefeitos vestiram a camisa

Vestindo a camisa da campanha “Viva o seu Município”, gestores municipais vieram a Brasília em busca de um pacto federativo mais equilibrado. A campanha visa a unir gestores e comunidade para lutar pelo resgate da saúde financeira dos Municípios. O prefeito de Urutaí (GO), acompanhado de seis vereadores e cinco secretários municipais, vestiram a camisa e se juntaram aos mais de mil gestores municipais durante a mobilização promovida pela Confederação Nacional de Municípios no dia 25 de março, no Senado Federal.

O prefeito de Urutaí (GO), Nelson Donizete Ferreira, destacou a importância do evento e ressaltou as dificuldades enfrentadas. O Município, localizado a 250 quilômetros de Brasília, possui pouco mais de três mil habitantes. “Nós temos uma população flutuante de aproximadamente dois mil habitantes, o que aumenta as despesas. A dificuldade é geral, mas especialmente nas áreas de Educação, Saúde e apoio ao produtor rural. A deficiência é muito grande”, destacou.

Em Salinas da Margarida, na Bahia, o quadro se repete. “Além da situação já conhecida de dificuldades, Salinas está sofrendo com um problema difícil. O número de habitantes é maior do que o levantado no último censo, em função de uma obra no Município. E infelizmente a receita vai pelo lado oposto. A situação é muito difícil, mas acredito nessas mobilizações e na CNM”.

O Município de Bozano (RS) foi representado pelo vereador Maurício Viana. Ele destacou que os problemas enfrentados no Município são semelhantes a todos os demais. “O Município sofre pelo excesso de obrigações que o Estado e a União repassam a nós. A folha de pagamentos não fecha e infelizmente não tenho boas expectativas para este ano”, lamentou.

Em Itaquitinga (PE), Município com aproximadamente 16 mil habitantes, os mesmos problemas são mencionados pelo prefeito, Pablo Moraes. “A situação é a mais complicada possível. E as piores áreas são Saúde e Educação, as mais importantes para o avanço de um país. Então, estamos nessa briga para que consigamos obter melhorias”, disse.

Também em Pernambuco, o Município Taquaritinga do Norte sofre com as responsabilidades atribuídas a esses entes. “As obrigações aumentam em uma velocidade tamanha. Por outro lado, os recursos não evoluem e, pelo contrário, apenas caem. Os Municípios estão sem condições. Da forma que está, fica invi-

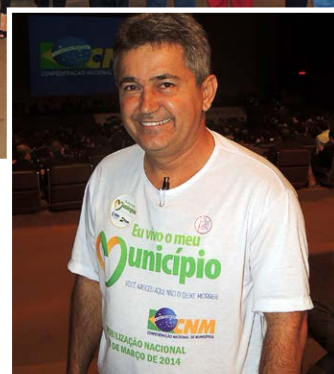


ável manter o Município de maneira satisfatória”, lamentou o gestor, Evilásio Araújo. De acordo com ele, a situação acomete todas as áreas. “Faltam recursos para custear a saúde, a educação, a segurança pública. É um caos generalizado”, frisou.

Para o prefeito de Nova Viçosa (BA), Marvio Lavor Mendes, os Municípios estão reféns de uma situação complicada. O Município possui 42,6 mil habitantes e, apesar de possuir outras fontes de recursos além do Fundo de Participação dos Municípios, enfrenta problemas financeiros em todas as áreas de gestão.

“O governo cobra índices impossíveis de serem cumpridos. Às vezes precisamos colocar mais um funcionário na área de Saúde, por exemplo, e não podemos, pois já estamos com a folha estourada”. Para agravar a situação, o prefeito destacou que o Município está sendo pressionado a abrir mão de R\$ 4 milhões de causa ganha junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Mendes ressaltou a importância de mobilizações como essa. “A união faz a força. Vimos para somar, para apoiar o presidente Paulo e ter uma única voz”, disse. Nessa mesma direção, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou que os prefeitos devem lutar por melhorias. “Quem tem força são os prefeitos e não eu. Então precisamos nos unir para conseguir vencer essas batalhas”, ressaltou.



Urutaí/GO

Fotos: Ag. CNM



Taguaratinga do Norte/PE



Itaquitinga/PE



Nova Viçosa/BA



Bozano/RS



Salinas da Margarida/BA

Fotos: Ag. CNM

Viva o seu Município

Gestores lutam por aumento no FPM

“Eu estou em um terceiro mandato e nunca vivi situação semelhante a esta, de crise absoluta”, gritou um prefeito da plateia, a qual comportava aproximadamente mil gestores municipais. Este depoimento foi semelhante a muitos outros. Relatos de uma crise financeira que fez com que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promovesse mais uma Mobilização em Brasília, no dia 25 de março. O evento faz parte da campanha “Viva o seu Município”, idealizada para pedir o apoio da população ao movimento que visa ao respeito ao Ente federativo.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, comandou mais uma vez os debates. A pauta era extensa, mas o destaque foi – como na última Mobilização em novembro – para o aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Naquele mesmo dia, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 341/2013, que prevê o acréscimo de 2%, estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Logo no início dos trabalhos, Ziulkoski anunciou que a CNM trabalhava para que a PEC, prevista no item 16 da pauta, passasse a ser a primeira proposição a ser discutida e votada pela CCJ. Seria o primeiro passo para a vitória esperada pelos gestores. A pedido da Confederação, o deputado Fábio Trad (PMDB-MS) apresentou requerimento. No entanto, o máximo que se conseguiu foi que a PEC passasse do item 16 para o sétimo.

Descaso

Do auditório Petrônio Portela, no Senado, os prefeitos aguardavam andamento na reunião da CCJ. Contudo, o grupo suspendeu as apreciações e as votações antes de chegarem ao item 7. O presidente da CNM lastimou o ocorrido. “Infelizmente é desta maneira que somos tratados aqui. Eles só nos ouvem quando, na época das eleições, precisam de nós para elegê-los”.

“Estamos sendo coagidos pelos próprios parlamentares que ajudamos a eleger”, lamentou o prefeito de Barra do Choça (BA), Oberdam Dias. “A maior arma que podemos usar se chama informação”, indicou o prefeito de Água Branca (PI), Jonas Moura. “Os convênios são uma aberração, e o FPM está cada vez pior. Este ano de eleição, temos de escolher o que é melhor para nós”, disse o prefeito de Jardim do Mulato (PI), Airton Veloso.

Para a aprovação da PEC 341/2013, ou da PEC 39/2013, que tramita no Senado e tem o mesmo texto, a CNM ressalta a ajuda dos gestores municipais. “Cada um deve agir com o deputado e senador de seu Estado. No Senado Federal, a tramitação é até mais rápida. Vamos cobrar atenção à pauta municipalista”, instruiu Ziulkoski.



Joel Rodrigues/Ag. CNM

Motivos que levam à crise

Uma série de dados e informações foram passadas aos gestores, como prazos e obrigações impostas às prefeituras. “Aqui estamos mostrando onde está o problema. Porque depois, o promotor te chama e você sequer sabe o que está descumprindo. É importante conhecer a gravidade da questão”, disse o presidente.

Na área da Saúde, por exemplo, os prefeitos foram convidados a responder – ou indicar um servidor que responda – a uma futura pesquisa da CNM que visa a mostrar qual o custo de cada profissional contratado do Programa Mais Médicos. Após a citação de outras atribuições, oriundas de leis, programas e convênios, Paulo Ziulkoski alertou: “Não dá para atender a tudo isso sozinhos. Vamos denunciar, cobrar e pedir auxílio”.

Viva o seu Município

O debate sobre as ações políticas começou com um chamamento da CNM. “O grande desafio é que não depende da Confederação, e sim de vocês. Vocês são a CNM. Nós vamos apenas instruir, oferecer dados, produzir material técnico, mas a campanha depende da ação dentro do Município, de como vão informar a população e convocar os deputados e senadores, a imprensa, os servidores”.

Durante a Mobilização, os participantes puderam ter acesso à cartilha *Sabia que seu Município está falindo?*. Produzida pela CNM e com apoio das entidades estaduais, o material traz os principais motivos da crise econômica e de autonomia nos Municípios brasileiros.

Em relação à *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, Paulo Ziulkoski esclareceu que não adianta que os gestores venham ao evento atrás de recursos financeiros. “Se for por isso, não venham. A Marcha é parte de uma luta grande, que vemos ter resultados ao longo do tempo”.

A gestão mais próxima do cidadão

Paulo Ziulkoski

Na terça-feira, 25 de março, quando mais de mil gestores municipais voltaram a Brasília para integrar a mobilização promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulada “Viva o seu Município”, tornam-se necessárias algumas reflexões que vão além do conjunto de reivindicações dos Municípios brasileiros. O debate essencial que deve ser feito refere-se a um dos princípios basilares do constitucionalismo brasileiro, qual seja, o federalismo.

Isso porque, não se pode conceber uma estrutura federal sem que esta esteja acompanhada de uma perspectiva de descentralização, de valorização da esfera mais próxima do cidadão, o Município. Esta estratégia de gestão deveria pautar a definição e posterior controle das políticas públicas adotadas pelo País.

A valorização das esferas mais próximas do cidadão não é uma previsão isolada na Constituição Brasileira, mas um processo que vem sendo gestado na Europa há bastante tempo, a partir da adoção do princípio da subsidiariedade. Desde Aristóteles, a ideia de um governo próximo dos cidadãos já vem sendo defendida, tendo havido uma difusão forte a partir das Encíclicas dos Papas e sua adoção pela doutrina social da Igreja. Mas é a partir da *Carta Europeia de Autonomia Local*, na década de 1980, que o princípio passa a ser incorporado nas legislações internas de países europeus como a Alemanha, a Itália, a Espanha e Portugal.

Este princípio opera em duas vertentes: a vertical, no sentido de atribuir maior competência da esfera local para a definição e o controle de políticas públicas, por se tratar do espaço mais próximo do cidadão; e a horizontal, em que o cidadão passa a ter espaço determinante em um processo de apropriação do conjunto de estruturas estatais.

Do ponto de vista das competências, considerando que o princípio determina uma cláusula geral de competência local, a regra é que as decisões sejam tomadas na esfera local, sendo que apenas de forma excepcional – desde que justificadas por razões de eficiência e economicidade – pelas esferas estaduais e federal. Contudo, mostra-se fundamental o alerta do jurista português Vital Moreira, quando afirma que autonomia sem o correspondente aporte financeiro é mera ficção.



Ag. CNM

Mas é justamente do ponto de vista horizontal, de uma qualificação democrática do processo decisório, que se justifica ainda mais o deslocamento do eixo decisório para os Municípios. Este é sem dúvida o espaço por excelência em que se pode vislumbrar o empoderamento do cidadão, haja vista que a ideia de pertencimento oportuniza maior controle social das políticas públicas. Os recursos são mais bem fiscalizados e sua efetividade, decorrente da participação da sociedade, é muito maior: ninguém mais apto que o cidadão que vive no Município para saber a melhor destinação dos recursos orçamentários.

Urge que nosso país atribua sentido ao que dispõe a Constituição, ou seja, que consolidemos um federalismo efetivamente alicerçado na descentralização e na subsidiariedade, este último princípio implícito, segundo Baracho, na Carta Brasileira de 1988. Com essa mudança de postura e, por conseguinte, com uma reengenharia institucional, seguramente poderemos ter um conjunto de políticas públicas construídas, definidas e fiscalizadas pela cidadania brasileira.

Viva o seu Município

CNM apresenta dados financeiros de 2014

Na terça-feira, 25 de março, aconteceu a Mobilização em Brasília para discussão de pautas municipalistas e organização dos próximos eventos. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, gestores, entre outros estiveram reunidos no Auditório Petrônio Portela no Senado Federal para as apresentações dos dados da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A primeira apresentação foi sobre o comportamento das receitas durante o exercício de 2014. Durante o evento, foi mostrado que o crescimento real do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2013 foi de apenas 1,3%. Em 2014, ainda não é possível calcular o ganho anual, porém se forem contabilizados os cinco primeiros meses do ano (com a previsão da Receita Federal do Brasil), pode-se perceber um aumento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Caso seja aprovado o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, que aumenta o FPM em 2%, a projeção do recurso para 2014 em valores brutos será de mais de R\$ 86 bilhões. É importante também salientar que os Municípios perderam grande parte da sua renda com a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Desde 2011, a perda já se eleva a mais de R\$ 11 bilhões.

Outras receitas

Além do FPM, alguns Municípios também possuem receitas próprias como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de renda retido na fonte (IRRF), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Em relação à receita própria, está



Joel Rodrigues/Ag. CNM

previsto um crescimento de 7,5% no ano.

Já o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é uma transferência dos Estados para seus Municípios, que repassam 25% do total arrecadado. Em 2013, o total do ICMS repassado aos Municípios em 2013 foi de R\$ 92,3 bilhões, e a arrecadação de ICMS no Brasil foi de R\$ 369 bilhões. Infelizmente, o ICMS é extremamente desigual entre os Municípios de cada Estado, tendo diferenças que chegam a 300 vezes entre um e outro.

O IPVA é uma transferência dos Estados para seus Municípios, é repassado 50% do total arrecadado dos veículos emplacados na cidade. Em 2013, houve um aumento de 3,1% na arrecadação deste tributo.



Joel Rodrigues/Ag. CNM

Royalties

Espera por decisão do STF em relação aos *royalties* completa um ano

A espera pela apreciação da liminar que suspende a nova lei de distribuição dos *royalties* de petróleo completou um ano no dia 18 de março. Enquanto não há decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), Estados e Municípios perderam neste período R\$ 8 bilhões do Fundo Especial. Valor quase equivalente aos 2% a mais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pelo qual o movimento municipalista luta atualmente.

Assim que foi publicada oficialmente, no dia 15 de março do ano passado, a Lei 12.734/2012 foi questionada em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Três dias depois, a ministra do STF, Cármen Lúcia, concedeu liminar que suspendeu a validade da lei. Até então, os governadores e prefeitos, que haviam tido os recursos dos *royalties* assegurados na legislação, esperam um posicionamento conjunto dos ministros do Supremo.

No dia 29 de novembro de 2013, a ministra Cármen Lúcia solicitou uma posição da Presidência da República, do Congresso Nacional, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), com prazo estabelecido para cada um deles. Presidência e Congresso se manifestaram em 19 e 20 de dezembro, respectivamente.

A AGU, em 17 de janeiro deste ano, defendeu a constitucionalidade da lei. Apesar deste ser o papel fundamental da Advocacia, houve reafirmação das teses defendidas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), por parte do advogado-geral da União. A posição da AGU foi encaminhada ao Supremo e seguidamente foi aberto o prazo da Procuradoria-Geral. A manifestação da PGR é obrigatória, mas ela ainda não apresentou petição até o encerramento desta reportagem.

Prejuízo aos Municípios – Os R\$ 8 bilhões que deveriam ter sido pagos aos Municípios e Estados neste período são considerados prejuízos. Isso porque a nova distribuição foi assegurada pela Lei 12.734/2012, em 15 de março de 2013. O não cumprimento dela é considerado perda aos Entes não confrontantes.

Desde que a liminar foi concedida, a CNM luta para que o Supremo aprecie-a. O plenário do STF pode suspendê-la ou não. Se a maioria dos ministros forem contrários à liminar, ela será automaticamente suspensa, a nova lei volta a valer e os recursos podem ser pagos aos Estados e Municípios de maneira igualitária, assim como a vontade do Parlamento brasileiro.

Moções

No último dia 24 de março, a Confederação apresentou aos integrantes do Comitê de Articulação Federativa (CAF) uma moção para que o documento fosse aprovado pelo grupo e posteriormente entregue ao STF. Esta foi a terceira moção que pede ao Supremo Tribunal Federal a apreciação da liminar. A primeira foi entregue em nome de todos os gestores municipais presentes na *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em 2013. A segunda foi em nome dos presentes na Mobilização da CNM, no dia 10 de dezembro do mesmo ano.

1. Publicação no DOU da Lei 12.734/2012, com nova redação (após a derrubada dos vetos): 15 de março de 2013.
2. Ingresso no STF pelo Estado do Rio de Janeiro: 15 de março de 2013.
3. Decisão liminar (STF) que suspendeu a nova distribuição: 18 de março de 2013.
4. Publicação do despacho da Ministra Cármen Lúcia (STF), abrindo prazo para apresentar informações das autoridades - Presidência da República e Congresso Nacional (10 dias), manifestação da AGU e PGR (5 dias cada): dia 29 de novembro de 2013.
5. Ofícios enviados pelo STF solicitando informações à Presidência e ao Congresso Nacional: 10 de dezembro de 2013.
6. Informações Prestadas pelo Congresso Nacional (Senado Federal): 19 de dezembro de 2013.
7. Informações Prestadas pela Presidência da República: 20 de dezembro de 2013.
8. Visita à AGU para Manifestação: 17 de janeiro de 2014.
9. Manifestação da AGU: 05 de fevereiro de 2014.
10. Visita à PRG para manifestação: 06 de fevereiro de 2014.
11. Aguardando a manifestação do procurador-geral da República; prazo expirado desde 11 de fevereiro de 2014.

Observatório do crack

CNM inova e lança cartilha em quadrinhos

Há quase quatro anos, o Observatório do crack vem acompanhando a realidade do crack nos Municípios brasileiros. Em 2013, inúmeros gestores de todo o país entraram em contato com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Além de mencionar graves problemas decorrentes do uso do crack, eram solicitadas informações e apoio para lidar com o tema. Um dos principais questionamentos dos gestores era a falta de materiais informativos na área que pudessem ser utilizados em ações da prefeitura.

Segundo Dijane da Silva, Assistente Social do Município de Salvador (BA), “os estudantes têm muitas dúvidas sobre as drogas. É diferente saber por que o colega comentou alguma coisa e ter o material concreto em mãos”. Ainda segundo ela, o Município desenvolve diversas atividades no âmbito da prevenção, mas faltam materiais específicos a respeito do crack, principalmente. “Queremos montar uma biblioteca destinada aos jovens, com diversas publicações interessantes, incluindo sobre as drogas, só que temos poucos exemplares”, lamenta a assistente social.

Para atender à demanda, em março deste ano, o Observatório do crack da Confederação Nacional de Municípios (CNM) lançou a cartilha *Crack sem mistério: o que é, quais seus efeitos e onde buscar ajuda*. Pela primeira vez na trajetória do projeto, foi produzido um material com foco no público adolescente.

SOBRE A CARTILHA – A publicação, com linguagem em quadrinhos, conta a história de Pedro, um jovem rapaz que começa a apresentar comportamentos característicos do uso de drogas. Preocupada, a família vai em busca de ajuda para saber como lidar com o acontecimento. E, juntamente com Pedro, enfrentam a situação.

No decorrer da narrativa, o leitor é convidado a entender, de modo leve e objetivo, como o crack se manifesta no organismo e quais são os riscos para a saúde de quem o utiliza. Ao mesmo tempo, a cartilha também serve de apoio aos pais, que ali encontram informações sobre como abordar o

filho e onde buscar ajuda na rede municipal. O objetivo é mostrar ao jovem que existem caminhos para deixar o vício e a importância de contar com os pais nessa jornada.

A Confederação Nacional de Municípios espera que a cartilha seja amplamente utilizada nas ações municipais. E, mais ainda, que possa servir como ferramenta de apoio aos Municípios na luta contra o crack. Cada Ente receberá um exemplar do material, que em breve será disponibilizado também no site do Observatório do crack: www.cnm.org.br/crack para *download*.

A expectativa dos gestores

Para a educadora Sanderi Wagner, do Município de Balneário Pinhal (RS), a cartilha *Crack sem mistério: o que é, quais seus efeitos e onde buscar ajuda* será um instrumento valiosíssimo, pois o Município ainda não tem



nenhum material específico de prevenção às drogas. “A partir dela será possível desenvolver várias estratégias. O material vai ser um gatilho para sair do lugar-comum e desenvolver rodas de conversa, propor reflexões aos estudantes e muito mais. E a abordagem em quadrinhos é perfeita! Além de lúdico, há o resgate da leitura, o que é muito importante. Eles podem depois construir a sua própria história”, comenta Sanderi em entrevista à *Agência CNM*.



Observatório do crack

Falta de recursos federais na luta contra o crack

A temática do crack vem sendo amplamente discutida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) nos últimos anos. Diariamente, o projeto do Observatório do crack recebe vários depoimentos de gestores municipais que compartilham a sua constante batalha na tentativa de modificar essa triste situação. Muitos deles, inclusive, buscam a CNM para ter acesso a cartilhas, materiais técnicos e pedir orientações sobre como lidar com o tema.

Durante a Mobilização em Brasília, ocorrida no último dia 25 de março, a Agência CNM conversou com alguns prefeitos para entender como se apresenta a questão do crack em seus Municípios. Do Oiapoque ao Chuí, a realidade é a mesma: as dimensões tomadas pela droga têm preocupado, e muito, os gestores.

“O crack é um dos principais problemas que nós enfrentamos com a população jovem. A cada dia, se nota um aumento do número dos usuários de crack. E isso cria problemas de toda ordem: familiares, criminais e, principalmente, de desagregação na sociedade”, destaca Valdir Andres, prefeito de Santo Ângelo (RS).

Há pouco mais de 250 quilômetros dali, o cenário é equivalente na pequena cidade de aproximadamente 21 mil habitantes, Tapejara (RS). Segundo o prefeito, Seger Luiz Menegaz, “o crack é o maior problema gerador de criminalidade em Tapejara”.

A problemática se repete em Rio Piracicaba (MG). O Município enfrenta sérios problemas com relação à droga, apesar de desenvolver ações preventivas.

Na região Nordeste, a questão do crack se torna ainda mais sensível. A cidade de Barra do Choça, localizada no sul baiano, é uma, dentre várias na região, a sofrer os impactos da droga. Quando perguntado sobre o panorama do crack em seu Município, o prefeito Oberdan Rocha resume suas palavras em: “terrivelmente assustador”.

BECO SEM SAÍDA

Apesar das dificuldades, muitos gestores desenvolvem iniciativas para minimizar a problemática do crack e outras drogas, bem como seus impactos na sociedade. Entretanto, esbarram na falta de recursos para a consolidação dessas ações.

Há uma dificuldade latente não apenas em obter o financiamento, mas,

sobretudo, de acessar os equipamentos e os programas ofertados pelo governo federal. Dessa forma, a quase totalidade dos projetos desenvolvidos é custeada pelo Município, o que, sem dúvida, traz impactos ao já apertado orçamento municipal.

A situação se torna ainda mais dramática para os Municípios de pequeno porte, que, de acordo com levantamento da CNM, representam 89% dos

Entes brasileiros. “A gente vem mantendo a duras penas o custeio

das ações apesar da falta de programas e manu-

tenção para continuidade administrati-

va”, desabafa o prefeito Gentil Alves

Costa, de Rio Piracicaba (MG).

O Município, que possui pouco

mais de 14 mil habitantes, é

o retrato do que ocorre em

tudo o país.

Percebe-se então que o

crack deixou de ser uma reali-

dade dos grandes centros urba-

nos, invadindo cidades do interior e

também zonas rurais. A CNM, por meio do

Observatório do crack, tem acompanhado a sua dinâ-

mica nos Municípios ao longo dos últimos anos e compreende a dificulda-

de em elaborar ações efetivas no combate à droga. A vontade de encarar o

problema existe. Todavia, os recursos são escassos. É dentro desse contexto

que o prefeito brasileiro se transforma em um digno equilibrista tentando

balancear as urgentes demandas da população e o restante das obrigações

financeiras no orçamento municipal.

Como forma de solucionar o problema, o prefeito de Santo Ângelo (RS),

Valdir Andres, acredita que deve ser construída uma “política nacional mais

clara, voltada ao combate da drogadição”, levando em conta a experiência dos

gestores municipais, que acompanham mais de perto a realidade do crack.

O modelo vigente tem se mostrado pouco eficaz e os prefeitos sofrem as

consequências da má distribuição dos recursos federais. Sendo assim, a CNM

defende a reforma do pacto federativo para a construção de uma política de

caráter horizontal onde exista um diálogo mútuo entre as três esferas: mu-

nicipal, estadual e federal.

“Este é o momento para lutar para melhorar a situação dos Municípios.

É preciso que exista um trabalho mais contundente do governo”, cobra o pre-

feito Geraldo Junior, de Goianinha (RN).



Contabilidade

Seminário debate novos procedimentos contábeis

Gestores municipais de todo o Brasil se reuniram no dia 11 de março durante o 3º *Seminário Nacional de Contabilidade Municipal*. O evento foi promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A iniciativa teve por objetivo debater os impactos da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que estabelece regras para a consolidação das contas públicas no âmbito dos Entes federados.

Os participantes discutiram, ainda, sobre os principais desafios a serem enfrentados pelos Municípios na adoção dos novos procedimentos contábeis patrimoniais. Também foram apresentados temas como a implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) sob a perspectiva municipal, o processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público e às normas internacionais de contabilidade, além de um levantamento da CNM sobre a aplicação das novas regras nos Municípios.

Durante a abertura do evento, o secretário-geral da entidade, Jair Aguiar Souto, destacou o papel da Confederação como entidade representativa dos Municípios. “A capilaridade da CNM é incrível, pois consegue apoiar Municípios de todo o Brasil, especialmente os do interior”, disse. Ele ressaltou que um dos principais desafios a serem enfrentados refere-se ao planejamento e à maneira de execução do planejamento. “O contador precisa sair um pouco mais da execução para planejar. Eu cansei de me ver sozinho e ter de responder a todos: TSE, TCU, CGU, Ministérios Públicos. E sempre voltados ao cumprimento de normas, e não aos resultados”, alertou.

O subsecretário de contabilidade pública da Secretaria do Tesouro Nacional, Gilvan da Silva Dantas, destacou a importância da iniciativa. “Esse processo da nova contabilidade está gerando um bem muito grande para a população brasileira”. Gilvan lembrou a necessidade de se considerar as peculiaridades existentes em cada Município e ressaltou que a contabilidade no setor público é diferente daquela que existe no setor privado. “A base metodológica é diferente. Não se avalia o lucro, mas sim a eficiência e a qualidade dos serviços”, afirmou.

O representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim de Alencar Filho, também parabenizou a CNM pela promoção do evento. “A iniciativa permite levar orientações sobre contabilidade pública não somente às capitais, mas a todos os Municípios, representantes da real contabilidade pública”. “Quanto custa um aluno em sala de aula? Quanto custa uma coleta de lixo?”, questionou destacando o papel do contador para propiciar a real noção de quanto custa um serviço público.



Ag. CNM

PCasp

Em sua palestra sobre a Portaria do STN 634/2013, Gilvan Dantas destacou que o Tesouro Nacional recomenda a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) ainda no início deste semestre, a fim de evitar que o Ente tenha problemas no envio de contas em 2015.

“A implantação do PCasp é realmente para 2014. Esse prazo não será estendido. E isso é sério, porque o Município que não implantar está sujeito a não receber a transferência voluntária a partir de 2015 e 2016. Então, nós convidamos o Município a enfrentar essa realidade”, destacou.

O Plano foi editado pela STN para atender à proposta de evidenciar os fenômenos patrimoniais exigidos pela nova contabilidade municipal. O plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, e o PCasp padronizou a linguagem do plano aplicado ao setor público.

Avaliação

O evento foi bem avaliado pelos mais de cem participantes presentes ao encontro. Para 100% dos gestores, os temas apresentados foram importantes para a gestão municipal. E cerca de 90% classificaram o nível de conhecimento e habilidades adquiridos como bom ou muito bom. A profundidade dos assuntos debatidos foi avaliada de forma positiva por 86,7% dos participantes.

Em relação ao conteúdo apresentado, todos os temas abordados tiveram avaliação positiva, especialmente a implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) sob a perspectiva municipal, que teve 97,28% de aprovação. Também teve destaque o debate sobre a Portaria do STN 634/2013, com 93% o classificando como bom ou muito bom.

Contabilidade

Municípios não estão capacitados para atender exigências da Contabilidade

Os Municípios não estão totalmente capacitados para atender às novas exigências da Contabilidade Pública Municipal. Isso foi o que mostrou uma pesquisa feita pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Todos os Municípios devem obrigatoriamente implantar os novos parâmetros da Contabilidade – instituídos pela Portaria 753/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – neste ano. Se não promover as adaptações, as prefeituras ficarão impedidas de receber transferências voluntárias da União.

De acordo com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, as pesquisas só comprovam o que já tem sido apontado desde 2010, quando a norma foi instituída. “Não há tecnologia adequada nem profissionais suficientes para atender às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NCasp)”, diz.

Os gestores pesquisados informaram que as dificuldades enfrentadas na adoção da nova contabilidade foram: falta de treinamento, sistemas atuais não preparados para fornecer informações e *software* contábil compatível. Dos mais de 4 mil Municípios entrevistados, 49% disseram estar em fase de adaptação e 43% disseram já estarem adaptado para o lançamento das contas de 2013. No entanto, ainda existe uma parcela de 5% que se quer começou o processo de implantação.

A Portaria diz: o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) e as

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCasp) deverão ser adotadas por todos os Entes da Federação obrigatoriamente até o término do exercício de 2014.

Outra dificuldade enfrentada pelos gestores municipais é em relação ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Conforme orientação da Portaria 634/2013 do STN, os Municípios que já implantaram o PCasp já devem fazer a prestação de contas pelo Sistema.

O Portal do Siconfi foi lançado, dia 2 de abril, com objetivo de oferecer à sociedade um instrumento eficaz de publicação e análise de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas e de controle. Inclusive em relação a transferências voluntárias e análise das operações de crédito.

Com o Sistema, serão automatizados o envio de dados orçamentário-financeiros, fiscais, contábeis da União, dos Estados, dos Municípios e dos demais órgãos do poder público. Por meio dele serão enviados os relatórios fiscais – Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Também as demonstrações contábeis – Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). E balanços anuais – Declaração de Contas Anuais (DCA).

Convênio Sebrae/CNM

Como aproveitar os espaços do PORTAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ponto de encontro de gestores municipais voltados ao empreendedorismo, o Portal do Desenvolvimento Local oferece, por meio de convênio da CNM com o Sebrae, diferentes tipos de espaço de informação e interação a ser explorados. Confira abaixo quais são esses espaços dentro do Portal (www.portaldodesenvolvimento.org.br) e como utilizá-los:

Fórum – Além das notícias do dia a dia, existe o Fórum, em que se pode incluir uma pergunta específica para ser respondida pelos especialistas, nas questões de Compras Governamentais (Maurício Zanin) e de Desburocratização (Romulo Rende).

O endereço é: www.portaldodesenvolvimento.org.br/forum

Coluna – A Coluna do Desenvolvimento Local tem um texto novo a cada 15 dias. Em um dos mais recentes, Pedro Valadares fala sobre uma iniciativa chamada “As caras do Desenvolvimento Local”, com o objetivo de reunir fotos

de pessoas na linha de frente do desenvolvimento.

O endereço é: www.portaldodesenvolvimento.org.br/coluna-do-desenvolvimento-local

Publicações – O Portal também tem publicações, fáceis de acessar. Ao alto do Portal, na aba de Publicações, estão disponíveis diversas cartilhas úteis para tirar dúvidas. Como o microempreendedor individual pode contratar seu empregado? Compras públicas, Implementação da Lei Geral, entre muitas outras.

O endereço é: www.portaldodesenvolvimento.org.br/publicacoes

Redes – O Portal é parte de uma estratégia de comunicação mais ampla, com extensão no Facebook, no Twitter e no Google+.

Facebook: www.facebook.com/portaldesenvolvimento

Google+: <http://goo.gl/tT8FBw>

Twitter: [@desenvolv_local](https://twitter.com/desenvolv_local)

Seca

Nordeste: seca foi a pior dos últimos 50 anos

O Nordeste brasileiro viveu em 2013 a pior seca dos últimos 50 anos, segundo o relatório Declaração sobre o Estado do Clima, divulgado no dia 24 de março, pela Organização Meteorológica Mundial (WMO, na sigla em inglês). O relatório aponta detalhes sobre chuvas, inundações, secas, ciclones tropicais, camadas polares e nível do mar em cada região do planeta.

O ano de 2013, de acordo com o relatório, foi o sexto ano mais quente desde o início dos registros, em 1961. A temperatura média da superfície do oceano e da Terra em 2013 foi de 14,5°C, marca que é 0,50°C maior que a média registrada entre 1961 e 1990, e 0,03°Cs maior que a média da década mais recente (2001-2010). De acordo com a WMO, cada década é mais quente que a anterior. E treze dos 14 anos mais quentes registrados ocorreram no século XXI.

No Brasil, o calor provocou seca no Nordeste, ao mesmo tempo muitos Estados sofreram com chuvas fortes no final do ano. O relatório mostrou, por exemplo, o Município de Aimorés (MG), com precipitação média quatro vezes maior do que a normalmente registrada no Sudeste do Brasil para o mês de dezembro.

Seca no Nordeste

Em 2013, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou várias reuniões e mobilizações com os gestores, principalmente os do semiárido, os mais afetados pela seca. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e os representantes das entidades estaduais cobraram por diversas vezes do governo federal alternativas para amenizar os efeitos causados pela falta de chuva na região.

Durante uma das mobilizações, foi lançado um manifesto intitulado o Grito do Nordeste. O texto dizia: “os Municípios de todo o Nordeste pedem socorro. Os prefeitos não suportam mais ver seu povo sofrendo, sem condições de executar as ações emergenciais e sem quaisquer condições de viabilizar ações estruturantes, efetivas e permanentes de convivência com a seca e com o desenvolvimento sustentável”.

Carta do Nordeste

A Carta do Nordeste, elaborada pela Confederação, foi uma maneira de



Sistema FAERN/RN

oficializar os problemas que a seca provocou nos Municípios da região. O documento foi entregue ao Ministério das Relações Institucionais, e à Casa Civil. A carta dizia: “os presidentes das entidades pedem a desburocratização, ações emergenciais e estruturantes, em parceria com os Municípios, para que estes passem de meros expectadores a agentes ativos desse processo e possam devolver, ao Nordeste e à sua brava gente, opções de vida, trabalho e a oportunidade de contribuir com o desenvolvimento da Nação”.

Medidas paliativas

No entanto, mesmo com os inúmeros apelos da CNM e dos gestores, apenas medidas paliativas foram feitas pelo governo, como construção de barragens e pequenos sistemas de abastecimento de água, na tentativa de acalmar os ânimos dos prefeitos.

A Câmara dos Deputados realizou algumas comissões para que os parlamentares, especialistas e representantes do governo avaliassem medidas capazes de reduzir os impactos da estiagem na região.

Na época, mais de 1.046 Municípios estavam em Situação de Emergência na região do Nordeste. Isso representa 22% das cidades brasileiras. Mais de 10 milhões de pessoas passavam por problemas como a falta de água, a perda do rebanho e o desemprego.

A Agência CNM noticiou em 2013 vários Municípios que decretaram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade por conta de eventos climáticos.

Saúde

Dengue continua afligindo muitos Municípios brasileiros

Relatório publicado no dia 18 de março indica que 321 Municípios estão em situação de risco em decorrência da dengue, 725 em situação de alerta e 413 em situação considerada satisfatória. A quantidade de cidades em situação de risco chega a 22% do total. Os dados fazem parte do Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* (Liraa), do Ministério da Saúde (MS). Este ano, 1.459 Municípios participaram do levantamento.

As cidades com o maior número de casos da doença são: Goiânia (GO), com 6.089; Luziânia (GO), com 2.888; Aparecida de Goiânia (GO), com 1.838; Campinas (SP), com 1.739; Americana (SP), com 1.692; Belo Horizonte (MG), com 1.647; Maringá (PR), com 1.540; São Paulo (SP), com 1.536; Brasília (DF), com 1.483; e Campo Belo (MG), com 1.410.

Dengue – A dengue é uma doença infecciosa causada por um vírus transmitido no Brasil pelo mosquito *Aedes aegypti*. Hoje em dia, a dengue é considerada um dos maiores problemas de saúde pública do mundo. Atualmente, são conhecidos quatro tipos de vírus e todos já foram encontra-

dos no Brasil. Inclusive, um dos sorotipos pode causar dengue hemorrágica, a forma mais grave da enfermidade.

A infecção clássica se inicia rapidamente e pode ocorrer febre alta, dor de cabeça, dor nos olhos e dores nas costas. Além disso, ainda podem aparecer manchas vermelhas

no corpo. Normalmente, são cinco dias de febre com melhora progressiva dos sintomas em dez dias. Felizmente, quando tratado, raramente há complicações. Diferentemente, a forma mais grave da doença se inicia com os mesmos sintomas da forma branda. Porém, no caso da dengue hemorrágica, após o quinto dia de febre, aparecem sangramentos e choque. Nesse caso, o paciente pode correr risco de morte.

Como evitar? – Já que ainda não existe uma vacina para o vírus da dengue, é necessário evitar a propagação do vetor, o mosquito. O método mais simples é evitar o aparecimento de larvas



Prof. São José dos Pinhais

do mosquito. Para isso, é importante combater os focos de acúmulo de água, locais propícios para a criação do mosquito transmissor da doença. Deve-se evitar a retenção de água em latas, embalagens, copos plásticos, tampinhas de refrigerantes, pneus velhos, vasilhinhos de plantas, jarros de flores, garrafas, caixas d'água, tambores, latões, cisternas, sacos plásticos e lixeiras, entre outros.

A população pode evitar também colocando areia nos vasos, telas milimétricas (malha de 1mm entre nós) nos ralos, fazendo limpeza semanal das calhas e mantendo bem vedados os recipientes com água para consumo.

XVII
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

De 12 a 15/5/2014

A CRISE NOS MUNICÍPIOS
E A CONJUNTURA ELEITORAL



CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS



Inscrições abertas no site:

www.marcha.cnm.org.br

Meio Ambiente

Saneamento: Municípios não têm acesso a recursos

Apenas 30% dos Municípios concluíram o Plano Municipal de Saneamento Básico até dezembro de 2013. Com isso, 70% dos 5.568 Municípios brasileiros não têm acesso a recursos federais para saneamento. As informações, divulgadas pela Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, representam uma realidade que vem sendo alertada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) desde a aprovação da Lei 11.445/2007.

“Sabe-se que a falta de saneamento gera inúmeras doenças e causam chagas sociais. No entanto, tanto a elaboração do Plano de Saneamento quanto as obras específicas dependem de recursos financeiros. E os Municípios carecem de recursos para tais ações”, destaca o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

A entidade vem orientando os Municípios a fim de que elaborem, o mais rápido possível, os Planos de Saneamento. Paralelamente a isso, a Confederação tem buscado adiar esse prazo. Em 2013, a CNM protocolou duas cartas na Presidência da República nesse sentido, mas não obteve resposta. “Somos conscientes de que simplesmente adiar o prazo não resolve. Precisaria que fosse gerada uma ação de apoio aos Municípios no sentido de disponibilizar recursos técnicos e financeiros para auxiliá-los e produzirem seus Planos Municipais de Saneamento”, alerta Ziulkoski.

A CNM destaca que reconhece que o governo federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tem disponibilizado algum recurso, mas esse não contempla todos os Municípios. Para a Confederação, a solução seria a publicação de um novo Decreto ampliando este prazo, mas criando, também, um mecanismo simplificado onde não se consultaria o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc) para liberar recursos para os Municípios elaborarem seus planos de saneamento, como é adotado atualmente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Pref. Veranópolis/RS

Entidades municipalistas

No Amazonas, uma parceria entre a CNM e a Associação Amazonense de Municípios (AAM) possibilitou que, dos 62 Municípios do Estado, 59 tenham conseguido efetuar os planos. Para a Confederação, uma forma de resolver esse primeiro impasse – que é o de apenas fazer o Plano Municipal de Saneamento – seria a disponibilização de recursos neste sistema de parceria, iniciativa que contaria com o apoio das entidades municipalistas.

Lei 11.445/2007

O Decreto que regulamenta a lei determinou que, a partir de janeiro de 2014, o acesso a verbas da União ou a financiamentos de instituições financeiras da administração pública federal destinados ao saneamento está condicionado à existência do plano.

O plano de saneamento contempla o planejamento de longo prazo para investimentos em obras de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

CNM consegue novo prazo para a elaboração do Plano de Saneamento

Foi prorrogado o prazo para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento, previsto na Lei 11.445/2007. A nova data é 31 de dezembro de 2015. Um maior tempo para que os Municípios, responsáveis pelo serviço, possam se adequar foi comemorado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade enviou ofícios e se reuniu diversas vezes com representantes do governo federal para tentar o adiamento do prazo, que era 31 de dezembro de 2013.

O Ente municipal é o titular do serviço de Saneamento e não pode delegá-lo. Aqueles Municípios que não tiverem o planejamento do setor ficam impe-

didos de captar recursos com o governo federal e estadual. O Executivo federal reconheceu que a mudança atende à solicitação da CNM e disse que o tema foi abordado durante a 5ª Conferência Nacional das Cidades, no ano passado.

Para a implementação e a instituição de controle dos serviços de saneamento, a nova data é 31 de dezembro de 2014.

É importante informar que o prazo para os Planos Municipais de Resíduos Sólidos não foram alterados. O fim dos lixões deve ocorrer, obrigatoriamente, em agosto deste ano, sob previsão de penas administrativas e criminais aos prefeitos.

Trânsito e Mobilidade

CNM elabora cartilha de orientação

Se a prefeitura deseja assumir a gestão do trânsito e integrar o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) pode ajudar no processo. Na cartilha *Municipalização do Trânsito – Orientações Básicas para a Organização do SNT*, os gestores encontram todos os esclarecimentos de que precisam para municipalizar o setor, inclusive os trâmites legais.

Na publicação da CNM, são abordados os direitos e obrigações dos Municípios, a estrutura municipal de trânsito, o processo administrativo, o financiamento de atividade e as boas práticas. O material será entregue aos gestores durante a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Ao promover a municipalização e integrar o SNT, os Municípios devem criar o órgão municipal executivo de trânsito para desenvolver atividades de



engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação, controle e análise de estatística. Além disso, as prefeituras também passam a desempenhar tarefas de sinalização, fiscalização, aplicação de penalidades e educação de trânsito.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, aconselha os gestores a assumirem a demanda, uma vez que podem promover melhor gestão e políticas públicas voltadas à realidade local. “O trânsito também deve ser uma prioridade. A segurança nas vias e a proteção à vida devem fazer parte dos três níveis de governo”, destaca.

A municipalização está prevista na Lei 9.503/1997 – que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Segundo dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), 1.392 Municípios já haviam municipalizado o Trânsito até março deste ano.

Educação

Na XVII Marcha será lançada Cartilha do Fundeb

A área de Educação da Confederação Nacional de Municípios (CNM) vai lançar na *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* a segunda edição da cartilha do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O material é destinado a gestores, secretários de educação e, de forma geral, a todos que integram a gestão municipal.

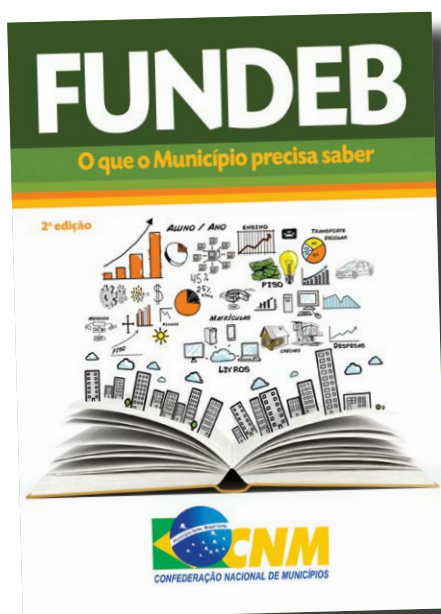
Em cada Unidade Federada, o Fundeb é composto pela contribuição dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo o art. 212 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem obrigatoriamente aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na cartilha, o gestor terá informações sobre como se operacionaliza o Fundeb e de onde vêm os recursos que compõem o Fundo. Além disso, a pu-

blicação terá explicações de como são definidos os valores destinados aos Municípios e demais modificações decorrentes desse Fundo no financiamento e na gestão da educação básica, dentre outras orientações. Também estão contidas informações sobre como aplicar os recursos oriundos do Fundo, como acompanhar e manter o controle social.

O objetivo mais importante da Confederação é contribuir para o aperfeiçoamento da gestão municipal no que se refere à operacionalização do Fundo e à utilização dos recursos públicos destinados à educação nos Municípios brasileiros.

Atualização – Nesta nova edição, todos os valores relacionados ao Fundeb serão atualizados. São estes: valor aluno/ano, pesos de ponderação de 2014, estimativa Fundeb 2014 – com a receita e contribuição – e a complementação da União ao Fundeb para dez Estados.



Finanças

Ziulkoski participa de debate sobre FPM

“De 1989 para cá, as perdas acumuladas do FPM estão em R\$ 276 bilhões, que corrigidos chegam a R\$ 420 bilhões. Estamos lutando para que os Municípios possam se recuperar da atual situação de falência”. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, fez a afirmação durante audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no Senado Federal.

Durante o debate, foram destacados o impacto de pequenas alterações de quantidade populacional nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a redução no valor do Fundo por conta de renúncias fiscais concedidas pelo Executivo e os projetos de leis que tratam de mudanças nos critérios de repasses dos recursos destinados aos Municípios. De acordo com Ziulkoski, 63% dos Municípios dependem desses recursos, ele lembrou: o Fundo é de natureza distributiva, por isso, os impactos de políticas de desonerações – como as concedidas no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de linha branca, automóveis e materiais de construção – são sofridos diretamente pela população. Inclusive, por conta de menos investimento em Saúde e Educação, citou como exemplo.

A discussão foi presidida pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O parlamentar reconheceu a gravidade da situação financeira enfrentada pelas prefeituras e disse que a Comissão apoia a busca por soluções. “Sabemos que o desenvolvimento do Brasil passa pela autonomia dos Municípios. E essa luta vai até que ocorra uma reforma para a distribuição mais justas dos recursos”, disse ao iniciar o debate.

Em relação às reduções causadas no FPM por conta das políticas federais, Inácio Arruda propôs que seja feita uma emenda que inclui todos os tributos



Marcos Oliveira/Ag. Senado

na distribuição. “Vamos propor ao senador Armando Monteiro que a partilha seja feita com todos os tributos”. Com a afirmação, alguns dos presentes brincaram dizendo que isso seria um sonho.

Nesse sentido, Ziulkoski destacou que existem projetos que tratam da base que forma o FPM e que sugerem desonerações apenas nos tributos da União, no entanto, não chegam se quer a ser votado em comissões. Ele disse ainda que se o Senado quisesse votaria a PEC 31/2011, do senador Aécio Neves (PSDB-MG). A matéria acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais Entes federados, e pelos Estados aos respectivos Municípios, nas hipóteses que especifica.

Da PEC 39/2012, que prevê aumento de 2% do FPM, Ziulkoski destacou que a medida representaria, em 2014, um aporte de mais de R\$ 7,4 bilhões aos cofres municipais, auxiliando, sobretudo, os pequenos e médios Municípios que têm no FPM uma de suas mais importantes fontes de receitas.



Marcos Oliveira/Ag. Senado